



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

CADERNO DE QUESTÕES - INSTRUÇÕES GERAIS

DA PROVA OBJETIVA SELETIVA: A prova objetiva seletiva de caráter eliminatório e classificatório, valerá 100 pontos, e será composta de cinquenta questões, com valor de 2 pontos cada.

- 1) As questões da prova objetiva seletiva serão do tipo múltipla escolha com 5 opções e sem fator de correção, versando sobre: DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO TRIBUTÁRIO, DIREITO DO TRABALHO/DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E LINGUA PORTUGUESA.
- 2) Não será permitida a utilização de qualquer material de consulta durante a realização da prova objetiva seletiva.
- 3) O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva seletiva para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções contidas no edital, no caderno de provas e no cartão de respostas. Em hipótese alguma, haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.
- 4) Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do cartão de respostas. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com estas instruções, tais como mais de uma marcação, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente, ainda que inteligíveis.
- 5) O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar seu cartão de respostas, sob pena da impossibilidade de realização da leitura óptica.
- 6) O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial, seu nome e seu documento de identidade.
- 7) Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial específico para auxílio no preenchimento. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal da Procuradoria Geral do Estado, devidamente treinado e as respostas fornecidas serão gravadas em áudio.
- 8) Será anulada a prova objetiva seletiva do candidato que não devolver a seu cartão de respostas.

DA PROVA DISCURSIVA - A prova discursiva deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica, fabricada com material transparente, de tinta indelével, nas cores azul ou preta.



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

**VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- 9) Não será permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de deficiência que impossibilite a redação pelo próprio candidato. Neste caso, o candidato será acompanhado por fiscal da Procuradoria Geral do Estado, para o qual deverá ditar os textos, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação,
- 10) O candidato que não comparecer ao local das provas, na data e horário designados para seu início, e portando documento de identidade original com foto, dentre os declarados no ato de inscrição, será automaticamente eliminado do processo seletivo.
- 11). A folha de respostas da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato. **Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à redação dos textos definitivos acarretará a anulação da Prova Discursiva do candidato que tenha incorrido na violação a essa norma.**
- 12) A folha de respostas para transcrição dos textos definitivos será o único documento válido para avaliação da Prova Discursiva e não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- 13) O candidato somente poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES na última meia hora antes do final da prova.
- 14) Será eliminado do concurso o candidato que, durante a realização das provas, for surpreendido portando: a) aparelhos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *iPod®*, gravadores, *pendrive*, *mp3 player* ou similar, qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens, bipe, *notebook*, *palmtop*, *Walkman®*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro etc.; b) relógio de qualquer espécie, óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha; c) quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: chapéu, boné, gorro etc.; d) qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, suco, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas etc.), que não seja fabricado com material transparente.
- 15) Não será permitida a entrada ou permanência de candidatos no local da realização das provas, portando armas.
- 16) Será excluído do Processo Seletivo, por ato do Presidente da Banca, o candidato que, durante a realização da prova:
 - I - for surpreendido em comunicação verbal, escrita ou por qualquer outra forma, com outro candidato ou pessoa estranha;
 - II- utilizar-se de anotações, livros ou impressos;
 - II - utilizar-se de sinais ou de quaisquer outros meios que quebrem o sigilo da prova ou possibilitem sua identificação;
 - IV - utilizar-se de qualquer meio de comunicação externo;
 - V - usar corretivo de qualquer espécie, inclusive borracha, fita ou tinta;



Estado do Amazonas
Procuradoria Geral do Estado

VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

- VI -deixar de entregar o caderno de respostas da prova discursiva;
 - VII - comportar-se de modo a perturbar a ordem dos trabalhos ou a realização das provas pelos demais candidatos;
 - VIII - faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou da organização do exame, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
 - IX - retirar-se do recinto das provas sem a devida autorização ou acompanhamento de fiscal;
 - X - não observar quaisquer das demais normas do edital.
- 17) Os três últimos candidatos de cada sala deverão permanecer no recinto até que o último candidato termine sua prova, a fim de que todos assinem a ata para atestar a idoneidade da finalização da prova.

ATENÇÃO!!:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (nem mesmo à Constituição Federal), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma folha integrante deste caderno de prova;
- A prova tem duração de 5 horas e meia.
- A divulgação do gabarito e do resultado será feita por meio do sítio eletrônico www.pge.am.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO:

Nome completo:

Documento de Identidade:



**VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

PROVA OBJETIVA:

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. “Segundo esse princípio, o intérprete deve agir de forma responsável, de modo a manter a integridade social e política. Assim, não pode o intérprete agir de forma leviana, adotando uma interpretação que coloque em risco a estabilidade das instituições e da sociedade em geral.” (MARTINS, Flávio. *Curso de Direito Constitucional*. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2021).

A conceituação doutrinária refere-se a qual princípio de interpretação constitucional?

- a) Princípio da unidade da Constituição.
- b) Princípio do efeito integrador.
- c) Princípio da concordância prática ou harmonização.
- d) Princípio da justeza ou conformidade funcional ou constitucional ou exatidão funcional.
- e) Princípio da força normativa da Constituição.

2. A Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas aprovou uma emenda à Constituição estadual. Neste caso, estamos diante do chamado poder constituinte:

- a) originário
- b) derivado difuso
- c) derivado reformador
- d) derivado decorrente instituidor
- e) derivado decorrente de revisão estadual.

3. Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca

dos direitos e garantias fundamentais, assinale a afirmação INCORRETA:

- a) a entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas “a posteriori”, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.
- b) municípios não possuem competência para editar lei proibindo a divulgação de material com referência a “identidade de gênero” nas escolas municipais.
- c) é lícito ao Poder Judiciário impor à Administração Pública obrigação de fazer, consistente na promoção de medidas ou na execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade da pessoa humana e assegurar aos detentos o respeito à sua integridade física e moral, nos termos do que preceitua o art. 5º, XLIX, da CF, não sendo oponível à decisão o argumento da reserva do possível nem o princípio da separação dos poderes.
- d) cabe ao Estado fornecer, em termos excepcionais, medicamento que, embora não possua registro na Anvisa, tem a sua importação autorizada pela agência de vigilância sanitária, desde que comprovada a incapacidade econômica do paciente, a imprescindibilidade clínica do tratamento, e a impossibilidade de substituição por outro similar constante das listas oficiais de dispensação de



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

medicamentos e os protocolos de intervenção terapêutica do SUS.

e) o tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, razão pela qual as ações que demandem fornecimento de medicamentos sem registro na ANVISA poderão ser propostas contra a União, o Estado e o Município, isoladamente ou conjuntamente.

4.O Supremo Tribunal Federal apreciou inúmeras demandas relacionadas com à Covid-19 e que possuem repercussão constitucional. Sobre o tema, assinale a afirmação INCORRETA:

a) atendida a razoabilidade, o STF julgou constitucional lei do Estado do Amazonas que prevê a vedação do corte do fornecimento residencial dos serviços de energia elétrica, em razão do inadimplemento, parcelamento do débito, considerada a crise sanitária,

B) a redução da transparência dos dados referentes à pandemia de COVID-19 representa violação a preceitos fundamentais da Constituição Federal, nomeadamente o acesso à informação, os princípios da publicidade e transparência da Administração Pública e o direito à saúde.

c) a vacinação compulsória não significa vacinação forçada, por exigir sempre o consentimento do usuário, podendo, contudo, ser implementada por meio de medidas indiretas, as quais compreendem, dentre outras, a restrição ao exercício de certas atividades ou à frequência de determinados lugares, desde que previstas em lei, ou dela decorrentes, e (i) tenham como base evidências

científicas e análises estratégicas pertinentes, (ii) venham acompanhadas de ampla informação sobre a eficácia, segurança e contraindicações dos imunizantes, (iii) respeitem a dignidade humana e os direitos fundamentais das pessoas; (iv) atendam aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, e (v) sejam as vacinas distribuídas universal e gratuitamente.

d) é constitucional a legislação estadual que estabelece a redução obrigatória das mensalidades da rede privada de ensino durante a vigência das medidas restritivas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo Coronavírus.

e) por usurpar competência privativa da União para legislar sobre Direito Civil, Comercial e política de seguros, é inconstitucional legislação estadual que impeça as operadoras de planos de saúde de recusarem o atendimento ou a prestação de alguns serviços, no âmbito de seu território, aos usuários diagnosticados ou suspeitos de estarem com Covid-19, em razão de período de carência contratual vigente.

5.Sobre controle de constitucionalidade, assinale a opção CORRETA, com base na Constituição Federal e na jurisprudência do STF:

a) não cabe controle concentrado de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais contra a Lei Orgânica respectiva.

b) a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) não é instrumento eficaz de controle da inconstitucionalidade por omissão.



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

c) as prerrogativas processuais dos entes públicos, tal como prazo recursal em dobro e intimação pessoal, aplicam-se aos processos em sede de controle abstrato.

d) tem legitimidade para o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade associação de caráter nacional, desde que esteja presente em pelo menos dois terços das unidades da federação.

e) não é cabível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra decisões judiciais.

6. Assinale a opção CORRETA quanto à cláusula de reserva de plenário:

a) no chamado controle difuso, a inconstitucionalidade de uma lei ou ato normativo pode ser declarada pela maioria simples dos integrantes de um tribunal.

b) nos termos do art. 97 da CF, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar que uma norma pré-constitucional não foi recepcionada pela CF.

c) a cláusula de reserva de plenário não se aplica às turmas recursais dos juizados especiais.

d) de acordo com entendimento do STF consagrado em súmula vinculante, é correto afirmar que a observância à cláusula de reserva de plenário não é exigida para situações em que órgão fracionário de tribunal apenas afaste a incidência de lei em caso concreto.

e) o STF entende que é indispensável o cumprimento da regra da reserva de plenário mesmo que a decisão do

tribunal esteja baseada em jurisprudência do plenário ou em súmula do STF.

7. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito, assinale a alternativa CORRETA:

a) depois de ter sido formulado o requerimento por um terço dos membros, a instalação da CPI submete-se a um juízo discricionário do presidente da casa legislativa.

b) as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo, ao final, elaborado um relatório no qual serão impostas sanções cíveis e criminais aos infratores.

c) no exercício das suas atribuições, a comissão parlamentar de inquérito terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, facultada a realização de diligências que julgar necessárias, podendo tomar o depoimento de determinadas autoridades, inquirir testemunhas, sob compromisso, ouvir indiciados, requisitar de órgão público informações ou documentos, bem como requerer ao Tribunal de Contas a realização de inspeções e auditorias que entender necessárias.

d) desde que devidamente fundamentada, restrita ao objeto da investigação e aprovada pela maioria



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

da comissão, a CPI pode determinar busca e apreensão domiciliar.

e) a existência de procedimento penal investigatório, em tramitação no órgão judiciário competente, impede a realização de atividade apuratória por Comissão Parlamentar de Inquérito relativa aos mesmos fatos.

8. Sobre intervenção, assinale a afirmação INCORRETA:

a) é possível a intervenção do Estado em seus Municípios em caso de não aplicação do mínimo exigido da receita municipal nas ações de manutenção e desenvolvimento do ensino.

b) o Estado não intervirá nos Municípios, exceto, dentre outras hipóteses, quando não forem prestadas contas devidas, na forma da lei.

c) para garantir a execução de decisão judicial, o Presidente da República, de ofício, pode decretar intervenção federal.

d) nos casos de requisição de intervenção federal, o Presidente da República estará obrigado a editar o decreto de intervenção, não lhe cabendo, a despeito da sua condição de chefe do Poder Executivo, exercer juízo de conveniência ou de oportunidade da providência requerida.

e) a decisão de Tribunal de Justiça que determina a intervenção estadual em Município tem natureza político-administrativa, não ensejando, assim, o cabimento do recurso extraordinário perante o Supremo Tribunal Federal.

9. Considerando o desenho constitucional delineado para a

Procuradoria-Geral do Estado, assinale a alternativa CORRETA:

a) é constitucional dispositivo da Constituição Estadual que confere foro por prerrogativa de função para Defensores Públicos e Procuradores do Estado.

b) é constitucional a percepção de honorários de sucumbência por procuradores de estados-membros, observado o teto previsto no art. 37, XI, da Constituição Federal no somatório total às demais verbas remuneratórias recebidas mensalmente.

c) a garantia da inamovibilidade conferida pela Constituição Federal aos magistrados, aos membros do Ministério Público e aos membros da Defensoria Pública (artigos 93, VIII; 95, II; 128, § 5º, b; e 134, parágrafo único) pode ser estendida aos procuradores de estado.

d) o art. 132 da Constituição Federal confere às Procuradorias dos Estados atribuições para as atividades de consultoria jurídica e representação judicial das respectivas unidades federadas, aí se compreendendo a administração pública direta, autárquica e fundacional, além das empresas públicas e sociedades de economia mista.

e) o ingresso na carreira de Procurador do Estado dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público em todas as suas fases.

10. De acordo com o texto da Constituição Federal no que tange à Defesa do Estado e Das Instituições Democráticas, assinale a afirmação INCORRETA:



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

a) o Presidente da República pode, ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, decretar o estado de sítio nos casos de: I - comoção grave de repercussão nacional ou ocorrência de fatos que comprovem a ineficácia de medida tomada durante o estado de defesa; II - declaração de estado de guerra ou resposta a agressão armada estrangeira. Decretado o estado de sítio, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta.

b) as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

c) às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

d) as polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

e) a segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras

atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. De acordo com a Lei n. 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), que estabelece normas gerais de licitações e contratação para a Administração Pública, julgue as assertivas a seguir e assinale a opção CORRETA:

I – a referida lei não se aplica às empresas públicas e às sociedades de economia mista de qualquer espécie.

II – no Direito Brasileiro são finalidades da licitação assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública; a concretização do princípio da isonomia; a promoção da inovação e o desenvolvimento nacional sustentável, bem como evitar contratações com sobrepreço, com preços inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos.

III – se a Administração Pública pretender promover a alienação de determinado bem inservível ou legalmente apreendido, deverá promover o regular processo licitatório.

IV – uma das modalidades de licitação prevista na Lei n. 14.133/2021 é o diálogo competitivo.

Estão corretas:

a) I, II e IV.

b) II, III e IV.



**VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

- c) II e III.
- d) III, e IV.
- e) I, III e IV.

12. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o prazo prescricional para o exercício da pretensão de indenização por desapropriação indireta, quando o poder público tenha realizado obras no local ou atribuído natureza pública ou de interesse social ao imóvel, é de:

- a) 3 anos
- b) 5 anos
- c) 10 anos
- d) 15 anos
- e) 20 anos

13. A Amazonastur – Empresa Estadual de Turismo do Amazonas é uma empresa pública prestadora de serviço público criada para implementação da Política Estadual de Turismo, mediante promoção do desenvolvimento turístico e divulgação do Amazonas no mercado interno e internacional. Sobre o regime jurídico das empresas públicas prestadoras de serviço público, é INCORRETO afirmar que:

- a) são pessoas jurídicas de direito privado, integrantes da Administração Pública Indireta.
- b) são dotadas de patrimônio próprio e seus bens são sempre suscetíveis de penhora.
- c) aplica-se a vedação constitucional à acumulação de cargos, empregos e funções públicas
- d) não existe hierarquia ou subordinação em relação à Administração Direta, embora seja

possível o controle de legalidade finalístico.

e) sua criação é autorizada por lei, mas a aquisição da personalidade se dá pelo registro dos atos constitutivos no registro competente.

14. A Administração tem o poder de rever seus próprios atos, observados determinados pressupostos. Esse poder guarda fundamento nos princípios e poderes que informam a Administração Pública, destacando-se, quanto à revisão dos atos,

a) o princípio da eficiência, pois não se pode admitir que um ato eivado de vícios produza efeitos.

b) o poder de polícia, em sua faceta normativa, que admite o poder de revisão dos atos da Administração Pública quando eivados de vícios ou inadequações

c) o poder de tutela, que incide sobre os atos da Administração Pública em sentido amplo, permitindo a retirada, em algumas situações, de atos praticados inclusive por entes que integrem a Administração Indireta.

d) os princípios da legalidade e da moralidade, inclusive porque podem servir de fundamento exclusivo para o ajuizamento de ação popular.

e) o princípio ou poder de autotutela, que incide sobre os atos da Administração, como expressão de controle interno de seus atos.

15. Sobre os poderes da Administração, assinale a opção CORRETA:

a) o poder de polícia é sempre exercido de forma discricionária, sendo impositiva tal característica.



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

b) são irrenunciáveis, não estando as medidas de polícia administrativa sujeitas à revogação ou anulação quando já aplicadas pela autoridade competente.

c) os poderes administrativos são instrumentais, sendo utilizados pela administração pública para cumprir suas finalidades.

d) é possível visualizar o poder disciplinar quando da aplicação de sanções a servidores públicos, mas jamais a particulares.

e) a emissão de decretos para fiel execução da lei é uma manifestação típica do poder hierárquico.

16.O ato administrativo é conceituado como “declaração do Estado (ou de quem lhe faça as vezes), no exercício de prerrogativas públicas, manifestada mediante providências jurídicas complementares da lei a título de lhe dar cumprimento, e sujeitas a controle de legitimidade por órgão jurisdicional” (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 26.ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p.380). Sobre essa matéria, pode ser citado como exemplo de ato vinculado:

a) o ato que atribui licença à servidora gestante.

b) a exoneração de Secretário de Estado pelo Governador.

c) a atribuição de licença para tratar de interesses particulares.

d) a autorização de uso bem público.

e) a escolha da pena disciplinar, entre as cabíveis, aplicada a servidor público.

17.Sobre o processo administrativo, assinale a assertiva CORRETA:

a) no âmbito do processo administrativo vige o princípio inquisitivo.

b) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar viola a Constituição Federal.

c) podem ser objeto de delegação os atos de caráter normativo e a decisão de recursos administrativos.

d) as decisões proferidas em processo administrativo que afetem direitos de terceiro devem ser motivadas, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres constantes dos autos.

e) a oficialidade não pode ser indicado como princípio informador do processo administrativo.

18.Sobre a intervenção do Estado na propriedade, julgue as afirmações a seguir a partir da lei e da jurisprudência dos Tribunais Superiores:

I – a ocupação indevida de bem público caracteriza mera detenção, não ensejando ao ocupante direito de indenização por benfeitorias e por acessões, tampouco direito de retenção.

II – em caso de imissão prévia na posse, serão devidos juros compensatórios, a fim de compensar a perda de renda comprovadamente sofrida pelo proprietário.

III – a desapropriação depende sempre da verificação de a propriedade não estar cumprindo a sua função social.

IV – A limitação administrativa reduz a liberdade que o proprietário detém sobre o bem, mas não opera a aquisição do domínio pela Administração.



**VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

Assinale a opção que corresponde ao número de assertivas CORRETAS:

- a) nenhuma
- b) uma
- c) duas
- d) três
- e) quatro

19. Em matéria de concessões públicas e consórcios públicos, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) uma das formas de extinção da concessão de serviço público é a caducidade, que tem lugar quando houver inexecução total ou parcial do contrato.
- b) a concessão administrativa se caracteriza pela concessão de serviços ou obras públicas e envolve, além da tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado.
- c) o consórcio público se constituirá de associação pública, que necessariamente terá natureza de pessoa jurídica de direito privado.
- d) a permissão de serviço público detém caráter precário e o respectivo contrato pode ser revogado unilateralmente pelo poder concedente, mas não se submete aos ditames da Lei n. 8.987/95.
- e) para a resolução de conflitos e disputas em matéria de concessões públicas não se admite a previsão da arbitragem.

20. Tendo em vistas as normas e a jurisprudência dominante acerca da temática servidores públicos, assinale a afirmativa CORRETA:

- a) a responsabilidade administrativa do servidor será afastada em caso de

absolvição criminal decorrente de ausência de provas.

b) se uma sentença judicial decretar a invalidade da demissão do servidor estável, será ele reintegrado.

c) a estabilidade do servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público é adquirida após dois anos de efetivo exercício.

d) a extinção do cargo implica a aposentadoria do servidor estável, por tempo de serviço.

e) cargo em comissão é aquele cuja função corresponde somente à atividade técnica, de direção e assessoramento.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21. Considere o seguinte caso:

“Ao receber petição inicial que tramita pelo procedimento comum, o magistrado, postergando o contraditório, deferiu de modo liminar a tutela provisória de evidência solicitada, sob o fundamento de que as alegações autorais estavam documentalmente comprovadas e de que havia tese firmada em julgamento de casos repetitivos acerca do caso; no mais intimou o requerido para cumprimento no prazo de cinco dias. O réu, por seu turno, alegou a incompetência absoluta do juízo e erro do magistrado na concessão da tutela provisória”.

Acerca da situação narrada, assinale a opção correta:

a) acaso reconheça sua incompetência absoluta, o magistrado deverá extinguir o processo sem resolução do mérito.

b) o CPC/2015 não autoriza a concessão de tutela provisória da



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

evidência pelos motivos indicados pelo magistrado.

c) o magistrado violou o direito à ampla defesa ao conceder a tutela de evidência antes da manifestação do Requerido.

d) mesmo que venha a reconhecer a incompetência absoluta do juízo, os efeitos da decisão serão conservados até que outra seja proferida pelo órgão jurisdicional competente.

e) a tutela provisória de evidência será concedida pelo juiz quando presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano.

22.A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes os seguintes requisitos:

a) alternativamente, existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

b) cumulativamente, existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

c) cumulativamente, existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

d) cumulativamente, existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; e manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas.

e) alternativamente, existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; e ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

23. . Considere o seguinte caso hipotético. “Matheus ajuizou ação de responsabilidade civil alegando danos morais e materiais por ter sido agredido verbal e fisicamente por Policiais Militares do Estado do Amazonas. O pedido foi julgado procedente quanto a indenização por danos morais, tendo sido fixada na quantia de R\$ 20.000,00. O Estado do Amazonas interpôs recurso de apelação, sendo que dois julgadores votaram dando provimento ao recurso da Fazenda Pública para julgar o pedido improcedente por ausência de provas de que a agressão teria sido perpetrada por agentes estatais, enquanto o terceiro julgador deu provimento ao recurso, sob o fundamento de que os pedidos deveriam ser julgados improcedentes em razão de prescrição da pretensão”.

Assinale a alternativa CORRETA, nos termos do Código de Processo Civil de 2015:

a) o julgamento deve ser encerrado, não se aplicando a técnica de ampliação do julgamento, haja vista



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

que, embora com fundamentos diversos, foi dado provimento ao recurso da Fazenda do Estado em decisão unânime.

b) ocorrendo o novo julgamento na mesma sessão, os julgadores que já tiverem votado não poderão rever seus votos, pois com o prosseguimento do julgamento, somente serão colhidos os votos dos novos integrantes convocados.

c) como o julgamento não foi unânime quanto ao fundamento da improcedência, o julgamento deve ter prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, colhendo-se os votos de outros que por acaso componham o órgão colegiado.

d) se o recurso interposto fosse de agravo de instrumento por decisão parcial de mérito, caberia a aplicação da técnica de ampliação do julgamento, pois divergência na fundamentação.

e) seria possível o prosseguimento do julgamento em razão de julgamento não unânime, ainda que o julgamento tivesse sido proferido somente em razão de remessa necessária.

24. Acerca do incidente de desconconsideração da personalidade jurídica introduzido no Código de Processo Civil de 2015, assinale a alternativa CORRETA.

a) não é cabível na fase de cumprimento de sentença.

b) a instauração será dispensada se o pedido de desconconsideração da personalidade jurídica for requerido na petição inicial

c) será resolvido por decisão interlocutória, recorrível por agravo de

instrumento, quando proferida pelo relator.

d) quando tramitar em autos apartados não suspenderá o processo principal.

e) não é cabível a desconconsideração em execução fundada em título executivo extrajudicial.

25. Com relação aos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta.

a) a assistência deve ser requerida, por petição do interessado, dentro dos autos do processo, devendo ser deferido o ingresso do terceiro se não houver impugnação das partes no prazo de 10 (dez) dias, salvo se for o caso de rejeição liminar.

b) a Fazenda Pública, quando parte no processo, fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários periciais, ainda que não exista previsão orçamentária no exercício financeiro para tal adiantamento.

c) o autor que, no cumprimento de sentença, deixar de residir no Brasil ao longo da tramitação do processo, prestará caução suficiente ao pagamento das custas e dos honorários de advogado da parte contrária.

d) os honorários constituem direito do advogado e têm natureza alimentar, com os mesmos privilégios dos créditos oriundos da legislação do trabalho, sendo permitida a compensação em caso de sucumbência parcial.

e) a intervenção do *amicus curiae* não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvados a oposição de embargos de declaração e o recurso da decisão



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.

26. Sobre a advocacia pública, assinale a alternativa CORRETA:

- a) o membro da Advocacia Pública não poderá ser responsabilizado civilmente, mesmo quando demonstrado que agiu com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- b) Incumbe à Advocacia Pública, por meio da representação judicial, defender e promover os interesses públicos, em todos os âmbitos federativos, unicamente das pessoas jurídicas de direito público que integram a administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- c) a Advocacia Pública não goza do benefício da intimação pessoal.
- d) não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.
- e) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios gozarão de prazo em dobro para contestar e em quádruplo para recorrer de todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

27. Acerca de formação de litisconsórcio, conflito de competência, prazo e juizados, assinale a opção CORRETA à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- a) A intervenção do Ministério Público, na qualidade de custos legis, é facultativa quando suscitado o conflito de competência.

- b) é competência absoluta dos juizados especiais da fazenda pública processar e julgar as causas de interesse dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios cujos valores não excedam sessenta salários mínimos, inexistindo impedimento à formação de litisconsórcio passivo do ente estatal com pessoa jurídica de direito privado.
- c) na hipótese de litisconsórcio ativo, o valor da causa para fins de fixação da competência do juizado especial deve ser calculado a partir da soma do valor pretendido por cada litisconsorte, soma esta que não poderá ultrapassar o patamar de sessenta salários mínimos.
- d) na hipótese de litisconsórcio unitário, a independência da atividade dos litisconsortes é absoluta.
- e) estado demandado terá prazo em dobro somente para contestar e para recorrer.

28. Quanto à produção de provas, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código de Processo Civil de 2015.

- a) depois de apresentado o rol, não poderá haver substituição de testemunhas.
- b) a confissão judicial faz prova contra o confitente e seu teor se estende aos litisconsortes.
- c) ao réu revel é defeso produzir provas no processo.
- d) em caso de laudo pericial insatisfatório, o juiz pode determinar a realização de segunda perícia, a qual substituirá a primeira.
- e) A ata notarial atesta a existência de um fato e é lavrada pelo tabelião.



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

29. No tocante ao cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) se não impugnada a execução, ou rejeitadas as arguições da executada, por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de dois meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.
- b) tornado líquido e certo o débito, expedir-se-á, por intermédio do juiz da execução, precatório em favor do exequente, observadas as normas constitucionais pertinentes.
- c) em sua impugnação, a Fazenda poderá arguir excesso de execução genericamente, sem declarar de imediato o valor que entende correto, por se tratar de ente público, sem que disso decorra o não conhecimento da arguição.
- d) a impugnação fazendária poderá referir-se a qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, supervenientes ou anteriores ao trânsito em julgado da sentença.
- e) se não impugnada a execução, ou rejeitadas as arguições da executada, por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigação de pequeno valor será realizado no prazo de sessenta dias contado da entrega da requisição,

mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente.

30. Sobre os recursos no Código de Processo Civil, é CORRETO afirmar:

- a) o recorrente deverá comprovar a ocorrência de feriado local, se intimado pelo relator para tanto.
- b) se os recursos de agravo de instrumento e apelação forem julgados na mesma sessão, será declarada a perda do objeto do agravo de instrumento.
- c) quando o resultado da apelação for não unânime, o julgamento terá prosseguimento em sessão a ser designada com a presença de outros julgadores, em número suficiente para garantir a possibilidade de inversão do resultado inicial; a mesma regra se aplica ao julgamento não unânime de agravo de instrumento, na hipótese de reforma da decisão que julgar parcialmente o mérito.
- d) os embargos de declaração possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- e) a parte recorrente pode desistir de modo unilateral do recurso, contudo essa desistência não afeta a apreciação de recurso adesivo da contraparte, nem impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquele objeto de julgamento de recursos especiais ou extraordinários repetitivos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Nos termos da legislação do Estado do Amazonas atualmente em vigor, a competência para julgar o



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Processo Tributário-Administrativo relativo ao ICMS em primeira e segunda instância administrativa, respectivamente, é:

- a) da Consultoria Tributária e do Conselho de Recursos Fiscais
- b) da Consultoria Tributária e do Conselho de Contribuintes
- c) da Auditoria Tributária e do Conselho de Recursos Fiscais
- d) da Auditoria Tributária e do Tribunal de Impostos e Taxas
- e) da Auditoria Fiscal e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

32. De acordo com a Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais, os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado do Amazonas devem guardar obediência aos seguintes princípios:

- a) reciprocidade, transitoriedade, regressividade e gradualidade
- b) universalidade, transitoriedade, progressividade e gradualidade
- c) reciprocidade, perenidade, progressividade e gradualidade
- d) universalidade, perenidade, regressividade e gradualidade
- e) reciprocidade, transitoriedade, regressividade e unidade.

33. O princípio previsto na Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais segundo o qual os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado do Amazonas são retirados num processo gradual é denominado:

- a) proporcionalidade
- b) transitoriedade
- c) regressividade
- d) gradualidade

e) progressividade.

34. Os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado do Amazonas no âmbito de sua Política Estadual de Incentivos Fiscais e Extrafiscais passam a ter eficácia com:

- a) o protocolo do requerimento formulado ao Governo do Estado por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI
- b) a aprovação do projeto técnico-econômico pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SEDECTI
- c) a aprovação do projeto técnico-econômico pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas – CODAM
- d) a publicação do decreto concessivo no Diário Oficial do Estado
- e) a comprovação do implemento das condições exigidas na legislação, através de laudo técnico de inspeção.

35. As alíquotas de ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais são estabelecidas:

- a) por decreto legislativo do Congresso Nacional
- b) por resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros
- c) por resolução da Câmara dos Deputados, de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros
- d) por lei complementar de normas gerais editada pela União



**VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

e) por lei dos Estados e do Distrito Federal

36. É causa interruptiva da prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário:

- a) o depósito do seu montante integral
- b) a impugnação ao lançamento, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo
- c) a concessão de medida liminar em mandado de segurança
- d) o parcelamento
- e) a inscrição do crédito em dívida ativa

37. Considere a seguinte situação hipotética: um contribuinte, detentor de projeto industrial aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento do Amazonas – CODAM, declarou espontaneamente seu débito de ICMS, que, no entanto, não foi pago no prazo regulamentar.

No caso descrito, a Secretaria de fazenda - SEFAZ - deverá:

- a) lavrar Auto de Infração e Notificação Fiscal para exigir o débito em questão.
- b) encaminhar os autos à autoridade julgadora de primeira instância para os fins de direito.
- c) encaminhar os autos ao Conselho de Recursos Fiscais para apreciação da questão em instância única.
- d) inscrever o débito em Dívida Ativa em até 90 (noventa) dias, contados do vencimento, independentemente de instauração de Processo Tributário Administrativo – PTA, na forma e condições previstas em regulamento.
- e) expedir notificação para cobrança do débito, que deverá ser pago no

prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da ciência da notificação.

38. O ICMS não incide sobre:

- a) a entrada de bem importado do exterior por pessoa que não seja contribuinte habitual do imposto
- b) a entrada no território amazonense de bem oriundo de outra unidade da Federação, destinado a consumo ou a ativo permanente
- c) a entrada no território amazonense de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outra unidade da Federação, quando não destinados à comercialização ou à industrialização
- d) operações de entrada de máquinas ou equipamentos destinadas ao ativo permanente de estabelecimento agropecuário ou industrial, para utilização direta e exclusivamente no seu processo produtivo, de procedência nacional ou estrangeira, bem como suas partes e peças
- e) as operações internas e interestaduais com gás natural e seus derivados, em qualquer estado ou fase de industrialização.

39. No Estado do Amazonas, a alíquota de ICMS aplicável às prestações de serviço de comunicação para acesso à Internet, independente dos meios e tecnologias utilizados, é de:

- a) 12% (doze por cento)
- b) 18% (dezoito por cento)
- c) 20% (vinte por cento)
- d) 25% (vinte e cinco por cento)
- e) 30% (trinta por cento)



**VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS**

40. De acordo com a legislação tributária do Estado do Amazonas, são isentos do IPVA os veículos automotores de propriedade:

- a) da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, desde que não utilizados na exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário
- b) das autarquias e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, desde que utilizados no desenvolvimento de suas finalidades essenciais ou delas decorrentes
- c) de Organismos Internacionais em relação aos quais a República Federativa do Brasil seja signatária de Convenção ou Tratado Internacional que conceda isenção sobre impostos diretos ou de propriedade
- d) dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, e das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos estabelecidos em lei
- e) dos templos de qualquer culto, desde que utilizados para o desenvolvimento das finalidades essenciais das entidades.

41. Em relação à competência material da Justiça do Trabalho, segundo a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa CORRETA:

- a) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores

públicos regidos pelo regime estatutário.

- b) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ações penais, oriundas de controvérsias decorrentes da relação de trabalho.

- c) a competência da Justiça do Trabalho prevista no art. 114, VIII, da Constituição Federal alcança a execução de ofício das contribuições previdenciárias relativas ao objeto da condenação constante das sentenças que proferir e acordos por ela homologados.

- d) a Justiça do Trabalho é competente para julgar a abusividade de greve de servidores públicos celetistas da administração direta, autarquias e fundações de direito público.

- e) É competente a Justiça do Trabalho para processar e julgar ação movida por servidor admitido mediante contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CF/1988), quando se alega desvirtuamento de tal contratação.

42. Para combater decisão interlocutória de Juiz de 1º grau que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional do Trabalho distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, cabe:

- a) agravo de Instrumento.
- b) recurso de revista.
- c) recurso ordinário.
- d) agravo de petição.
- e) nenhum recurso de imediato, pois, na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

interlocutórias não ensejam recurso imediato.

43. Quanto ao tema prescrição, segundo a atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa CORRETA:

a) respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, os trabalhadores urbanos e rurais têm direito de ação quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho relativos aos 05 (cinco) anos imediatamente anteriores à data da extinção do contrato.

b) a ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição em relação a todos os direitos resultantes da relação de trabalho, desde que, no caso de arquivamento, ocorra a repropositura da ação dentro do biênio subsequente à interrupção.

c) a prescrição começa a fluir no final da data do término do aviso prévio, exceto nos casos em que este tenha sido indenizado.

d) da extinção do último contrato começa a fluir o prazo prescricional do direito de ação em que se objetiva a soma de períodos descontínuos de trabalho.

e) a prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS, pois este se submete a um regime autônomo de contagem do prazo prescricional.

44. Em relação aos adicionais de periculosidade e insalubridade, assinale a alternativa INCORRETA:

a) não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao

respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

b) tem direito ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco. Indevido, apenas, quando o contato dá-se de forma eventual, assim considerado o fortuito, ou o que, sendo habitual, dá-se por tempo extremamente reduzido.

c) é vedada a cumulação dos adicionais de insalubridade e de periculosidade, ainda que decorrentes de fatos geradores distintos e autônomos.

d) o direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física.

e) a reclassificação da insalubridade, por ato da autoridade competente, não repercute na satisfação do respectivo adicional, sob risco de ofensa a direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade salarial.

45 Quanto aos temas terceirização e responsabilidade subsidiária do tomador de serviços, assinale a alternativa INCORRETA:

a) é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas.

b) o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, ainda que



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

o dono da obra seja uma empresa construtora ou incorporadora.

c) não se configura vínculo empregatício entre os trabalhadores, ou sócios das empresas prestadoras de serviços, qualquer que seja o seu ramo, e a empresa contratante.

d) o inadimplemento dos encargos trabalhistas dos empregados do contratado não transfere automaticamente ao Poder Público contratante a responsabilidade pelo seu pagamento, seja em caráter solidário ou subsidiário, nos termos do art. 71, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

e) julgada a ação proposta pelo trabalhador somente contra a empresa prestadora dos serviços, não é possível o ajuizamento de ação autônoma pleiteando apenas a condenação da empresa tomadora de serviços como responsável subsidiária.

LÍNGUA PORTUGUESA

46. Leia o texto abaixo para responder à questão:

A assembleia dos ratos (Monteiro Lobato)

Um gato de nome Faro-Fino deu de fazer tal destroço na rataria de uma casa velha que os sobreviventes, sem ânimo de sair das tocas, estavam a ponto de morrer de fome. Tornando-se muito sério o caso, resolveram reunir-se em assembleia para o estudo da questão. Aguardaram para isso certa noite em que Faro-Fino andava aos mios pelo telhado, fazendo sonetos à Lua.

- Acho - disse um deles - que o meio de nos defendermos de Faro-Fino é lhe atarmos um guizo ao pescoço. Assim que ele se aproxime, o guizo o denuncia e pomo-nos ao fresco a tempo.

Palmas e bravos saudaram a luminosa ideia. O projeto foi aprovado com delírio. Só votou contra um rato casmurro, que pediu a palavra e disse:

- Está tudo muito direito. Mas quem vai amarrar o guizo no pescoço de Faro-Fino?

Silêncio geral. Um desculpou-se por não saber dar nó. Outro, porque não era tolo. Todos, porque não tinham coragem. E a assembleia dissolveu-se no meio de geral consternação.

Moral: Dizer é fácil, fazer é que são elas!

Com base no texto, analise as assertivas e marque apenas a alternativa INCORRETA:

a) o gênero do texto é narrativo e o tipo de texto é fábula;

b) se a palavra casmurro fosse substituída pelo seu sinônimo, o trecho "Só votou contra um rato casmurro [...]", ficaria: "Só votou contra um rato ensimesmado [...]";

c) O trecho em destaque "Assim que ele se aproxime, o guizo o denuncia e pomo-nos ao fresco a tempo" é uma oração subordinada adverbial de tempo e faz parte de um período composto por subordinação; já no



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

trecho: “Só votou contra um rato casmurro, que pediu a palavra e disse”, temos em destaque uma oração subordinada adjetiva explicativa e na sequência: “e disse”, uma oração coordenada sindética aditiva;

d) procedendo a análise sintática do trecho: “Tornando-se muito sério o caso, resolveram reunir-se em assembleia para o estudo da questão. Aguardaram para isso certa noite em que Faro-Fino andava aos mios pelo telhado, fazendo sonetos à Lua”, pode-se afirmar que resolveram é um verbo intransitivo, aguardaram é um verbo transitivo direto, cujo objeto direto é noite, andava é um verbo intransitivo e fazendo é um verbo transitivo indireto, cujo objeto indireto é à Lua;

e) “um gato de nome Faro-Fino deu de fazer tal destroço na rataria de uma casa velha que os sobreviventes, sem ânimo de sair das tocas, estavam a ponto de morrer de fome” – é um trecho em que se observa paralelismo sintático, com o uso recorrente do verbo no infinito, de modo a garantir uma sequência textual coesiva.

47. TEXTO 1



Fonte:

<https://www.google.com/search?q=cartum&tbm>

TEXTO 2 - Tempo Bom (Chico da Silva)

Daquele tempo de menino
Ainda tenho no meu peito
muita saudade
Rodar pião,
Estilingue no pescoço e papagaio pra
soltar
Mamãe me acordava cedo
Menininho toma banho,
Vai se aprontar
Vou ficar te vigiando
E no caminho da escola você vê se dá
um jeito de não se sujar
E sempre com os meus amigos
Uma chegada na lagoa não fazia mal
E não faltava um bate bola no
campinho
Improvisado no quintal
[...]
Que tempo bom que não volta nunca
mais
Que tempo bom que não volta nunca
mais



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Após ler os textos, analise as assertivas:

- I. No trecho: “E sempre com os meus amigos”, sempre é um advérbio de tempo e com meus amigos é um advérbio de companhia;
- II. Os trechos em destaque: na lagoa, no campinho, no quintal são respectivamente locução adverbial de lugar;
- III. No contexto do cartum, o verbo saber é um verbo intransitivo;
- IV. Considerando a pergunta e a resposta dada no cartum, a palavra férias é um objeto direto;
- V. O texto 1 é um cartum e apresenta linguagem verbal e não verbal; no texto 2, a música, temos também linguagem verbal e não verbal considerando os diversos simbolismos presentes na música que levam a uma imaginação;

Marque a alternativa que analisa corretamente as assertivas acima:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) apenas as alternativas I e IV estão incorretas;
- d) apenas a alternativa I, III e V estão incorretas;
- e) apenas as alternativas II e IV estão incorretas;

48. TEXTO 1

“Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade.”

Após a Emenda Constitucional 98, ficou estabelecida a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. O ECA não incorporou a alteração, mas a Constituição Federal, que está no topo da hierarquia das leis, é o que prevalece.

In:

<https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/o-que-o-eca-diz-sobre-o-trabalho-infantil/>

TEXTO 2

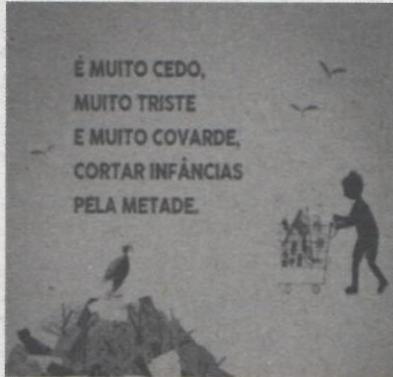


fonte: emails.estadao.com.br

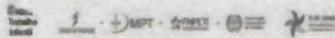
TEXTO 3



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS



Covid-19: agora mais do que nunca, protejam crianças e adolescentes do trabalho infantil.



Fonte:

<https://fnpeti.org.br/noticias/2020/06/15/confira-programacao-da-campanha-contra-o-trabalho-infantil-no-brasil/> Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Considere as seguintes assertivas, quanto aos textos 1, 2 e 3:

- I. quando comparados os textos 1 e 2 é possível entender que os direitos prescritos no ECA não são plenamente cumpridos, já que existem crianças em situação de risco por conta do trabalho que desempenham;
- II. os verbos grifados no trecho “O ECA não incorporou a alteração, mas a Constituição Federal, que está no topo da hierarquia das leis, é o que prevalece” estão, respectivamente, no pretérito perfeito e presente do modo indicativo;
- III. considerando a concordância nominal do trecho: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade”, pode-se afirmar que quando o sujeito é tomado em grau absoluto, ou seja, sem artigo ou pronome demonstrativo, deve ficar

no masculino singular, como escrito no trecho em destaque. Também seria gramaticalmente correto se estivesse: “é proibida a inserção das crianças no mundo do trabalho quando menores de quatorze anos de idade”;

IV. no trecho “O ECA não incorporou a alteração, mas a Constituição Federal, que está no topo da hierarquia das leis, é o que prevalece”, as palavras em destaque estabelecem a relação sintática de: conjunção subordinativa adversativa, pronome relativo, conjunção integrante

V. analisando o texto 3, “É muito cedo, muito triste e muito covarde, cortar infâncias pela metade”, pode-se afirmar que temos uma oração sem sujeito por conta do verbo ser na indicação de tempo;

Marque a alternativa que analisa corretamente as assertivas acima:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) apenas as alternativas I, II e III estão corretas;
- d) apenas a alternativa III e V estão corretas;
- e) apenas as alternativas IV e V estão corretas;

49. Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo
10 junho 2021

Nova Iorque/Genebra, Brasília, 10 de junho de 2021 – O número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil chegou a 160 milhões



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

em todo o mundo – um aumento de 8,4 milhões de meninas e meninos nos últimos quatro anos, de 2016 a 2020. Além deles, outros 8,9 milhões correm o risco de ingressar nessa situação até 2022 devido aos impactos da Covid-19, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

O relatório aponta para um aumento significativo no número de crianças de 5 a 11 anos em situação de trabalho infantil, que agora respondem por pouco mais da metade do número total global. Outro alerta é o número de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em trabalhos perigosos – definido como trabalho que pode prejudicar sua saúde, segurança ou moral – chegou a 79 milhões, um aumento de 6,5 milhões de 2016 a 2020.

[...]

Na África ao sul do Saara, crescimento populacional, crises recorrentes, pobreza extrema e medidas de proteção social inadequadas levaram a um adicional de 16,6 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos últimos quatro anos.

Mesmo em regiões onde houve algum progresso desde 2016, como Ásia e Pacífico, e América Latina e Caribe, a Covid-19 está colocando esse progresso em risco.

Situação pode se agravar até 2022

[...]

Choques econômicos adicionais e fechamentos de escolas causados pela Covid-19 significam que as crianças e os adolescentes que já estão em situação de trabalho infantil

podem estar trabalhando mais horas ou em piores condições, enquanto muitos mais podem ser forçados às piores formas de trabalho infantil devido à perda de emprego e renda entre famílias vulneráveis.

[...]

No Brasil

Embora o relatório não inclua dados do Brasil, a situação no País é semelhante à verificada globalmente. Segundo dados da Pnad Contínua 2019, os últimos disponíveis, 1,758 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil no Brasil antes da pandemia. Desses, 706 mil vivenciavam as piores formas de trabalho infantil. Do total em trabalho infantil no Brasil em 2019, 66,1% eram pretos ou pardos. Os números não incluem adolescentes que trabalhavam legalmente no País, por meio de contrato de aprendizagem.

Dados coletados pelo UNICEF em São Paulo apontam para o agravamento da situação de trabalho infantil durante a pandemia. O UNICEF realizou um levantamento de dados sobre a situação de renda e trabalho com 52.744 famílias vulneráveis de diferentes regiões de São Paulo, que receberam doações da organização e seus parceiros. Entre os dados levantados de abril a julho de 2020, o UNICEF identificou a intensificação do trabalho infantil, com aumento de 26% entre as famílias entrevistadas em maio, comparadas às entrevistadas em julho.

[...]

Fonte:

<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil->



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-decadas-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo

Analise as afirmativas abaixo:

I. no trecho “Choques econômicos adicionais e fechamentos de escolas causados pela Covid-19 significam que as crianças e os adolescentes que já estão em situação de trabalho infantil [...]” as palavras em destaque são respectivamente conjunção integrante;

II. o que justifica o acento grave indicador de crase nos trechos: “a situação no País é semelhante à verificada globalmente” e “comparadas às entrevistadas em julho” é que são dois verbos transitivos indiretos regidos pela preposição a, com adição do artigo das palavras subsequentes;

III. é correto afirmar que no trecho: “Além deles, outros 8,9 milhões correm o risco de ingressar nessa situação até 2022 devido aos impactos da Covid-19, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)”, as palavras em destaque estabelecem, respectivamente, a relação semântica de adição, consequência e conformidade;

IV. considerando o contexto do trecho: crescimento populacional, crises recorrentes, pobreza extrema e medidas de proteção social inadequadas levaram a um adicional de 16,6 milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, pode-se afirmar que o sujeito é composto e o verbo levaram é intransitivo;

V. há uma incorreção gramatical no trecho “chegou a 79 milhões”, pois o verbo chegar é regido pela preposição a, portanto deveria receber o acento grave indicador de crase;

Apresenta-se CORRETA, apenas a alternativa:

- a) todas as alternativas estão corretas;
- b) todas as alternativas estão incorretas;
- c) apenas as alternativas II e IV estão incorretas;
- d) apenas a alternativa III e V estão incorretas;
- e) apenas as alternativas IV e V estão incorretas;

50. Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) temos sinestesia em: “Palavras não são más / palavras não são quentes / palavras são iguais / sendo diferentes” (Palavras — Sérgio Britto e Marcelo Fromer); temos hipérbole em: “Por você eu largo tudo / Vou mendigar, roubar, matar / Até nas coisas mais banais / Pra mim é tudo ou nunca mais” (Exagerado — Cazuzu); temos catacrese em: “Me ame devagarinho / Sem fazer nenhum esforço / Tô doido por seu carinho / Pra sentir aquele gosto / Que você tem na maçã do rosto / Que você tem na maçã do seu rosto” (Maçã do Rosto — Djavan); temos antítese em: “Não existiria som se não / Houvesse o silêncio / Não haveria luz se não / Fosse a escuridão / A vida é mesmo assim / Dia e noite, não e sim” (Certas Coisas — Lulu Santos);
- b) quanto ao emprego dos pronomes relativos, virão precedidos de preposição se a regência assim



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

determinar, exemplo: este é o pintor a cuja obra me refiro, este é o pintor de cuja obra gosto; o pronome relativo que é o de mais largo emprego, chamado de relativo universal, pode ser empregado com referência a pessoas ou coisas, no singular ou no plural; o pronome relativo cujo (e flexões) é relativo possessivo equivalente à do qual, de que, de quem e deve concordar com a coisa possuída, como no exemplo: apresentaram provas em cuja veracidade eu creio; o relativo onde deve ser usado para indicar lugar e tem sentido aproximado de em que, no qual.

c) na formação de tempos compostos do verbo, está correto: I – para formar o mais-que-perfeito o verbo auxiliar fica no imperfeito, como em: ele tinha visto o erro, mas não o corrigiu; II – para formar o futuro, o verbo auxiliar deve estar no futuro, como em: teria visto o erro se estivesse atenta;

d) nas sentenças: “Ninguém me diga o que fazer”, “como te iludiste com falsas promessas!”, “quem o fez chorar?”, “não é conveniente que lhe diga isso” – temos situações de próclise empregadas corretamente; já na situação: “não sabia o que fazer. Me vi, naquele instante, perdido sem você”, a próclise está incorreta, pois ocorre uma situação de ênclise, que seria: “não sabia o que fazer. Vi-me, naquele instante, perdido sem você”;

e) nos exemplos a seguir, todas estão corretamente grafadas: eu estou gripado **por que** tomei suco gelado; **por que** você foi para o bar?; ainda me pergunto o **porquê** desta multa; você deixou o livro no armário **por quê?**;

PROVA DISCURSIVA

1- DIREITO CONSTITUCIONAL

Determinado indivíduo se inscreveu no concurso de agente de segurança de um órgão público. Após ser aprovado na prova objetiva, ele foi convocado para o teste físico. Como eram muitos candidatos, os testes físicos foram marcados para dois dias: sábado e domingo. Ele foi sorteado para fazer a prova no sábado. Ocorre que este candidato é membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Segundo a crença religiosa propugnada por esta congregação, o sábado é “dia de guarda religiosa”, de forma que não é recomendável que os membros da Igreja estudem ou trabalhem aos sábados. O sábado é dedicado a orações e outras atividades não seculares. Diante disso, o referido candidato pediu para realizar a prova no domingo, o que foi indeferido pela Administração Pública. O candidato impetrou, então, mandado de segurança pedindo para que o seu teste físico fosse realizado no domingo em razão da sua crença religiosa. O pedido do candidato pode ser acolhido? O que o Supremo Tribunal Federal entende a respeito do tema?

2- DIREITO ADMINISTRATIVO

Em razão da prática de crime, determinada pessoa foi sentenciada à pena privativa de liberdade, com início em regime fechado. Certo dia, ainda durante o cumprimento da pena em regime fechado no Complexo



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

Penitenciário Anísio Jobim, o condenado logrou êxito em empreender fuga do estabelecimento prisional. Cerca de um ano depois, um crime de roubo seguido de morte causou perplexidade no centro da cidade de Manaus. As câmeras de segurança flagraram o exato momento do latrocínio praticado pelo apenado, agora foragido do sistema prisional. A família da vítima decidiu, então, ajuizar Ação de Indenização contra o Estado do Amazonas, pleiteando o pagamento de indenização por danos materiais e morais pelo falecimento do ente querido.

Com base na situação descrita e à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, justifique, fundamentadamente, a procedência ou não da pretensão deduzida pela família da vítima.

3- DIREITO PROCESSUAL CIVIL

A Empresa Alfa ajuizou, na Vara da Fazenda Pública, ação de cobrança contra o Estado do Amazonas, sob o fundamento de que forneceu insumos médicos à entidade federativa, por força de contrato, contudo aquela restou inadimplente.

O juízo declinou da competência para o Juizado Especial Cível, em razão de o valor da causa não ultrapassar 60 salários-mínimos.

A Requerente não se conformou e interpôs agravo de instrumento contra o pronunciamento jurisdicional declinatório de competência.

O egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por meio do Excelentíssimo Relator, inadmitiu o recurso, sob o fundamento de que não

é cabível a interposição de agravo de instrumento contra decisão que declina competência, haja vista não se tratar de hipótese prevista no rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015.

Indaga-se, a decisão monocrática revelou-se acertada? É cabível a interposição de agravo de instrumento em face de pronunciamento judicial que declina de competência?

4- DIREITO TRIBUTÁRIO

Pode o Estado do Amazonas, mediante lei estadual, conceder incentivos fiscais de ICMS para indústria estabelecida no município de Tabatinga (AM), sem prévio convênio celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ)?

Justifique (fundamente) sua resposta.

5- DIREITO DO TRABALHO/PROCESSUAL DO TRABALHO

João ajuizou reclamação trabalhista contra a empresa Ressocializa S/A (reclamada), requerendo, também, a condenação subsidiária do Estado do Amazonas, com fundamento na Súmula 331 do TST. Alegou que laborou para a reclamada, sob a égide da CLT, na função de Agente de Socialização, prestando serviços nas dependências de Unidade Prisional pública do Estado, em caso típico de terceirização de mão-de-obra. Aduziu que os agentes de socialização terceirizados, apesar da remuneração menor, sempre desenvolveram as mesmas funções que os agentes penitenciários



VI EXAME DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS

estatutários do Estado (servidores com vínculo efetivo) lotados na mesma unidade prisional. Por tais motivos, pleiteou o deferimento de diferenças salariais e reflexos com base na remuneração do cargo de agente penitenciário estatutário.

Foram apresentadas contestações pelos réus e todas as partes se fizeram presentes nas audiências designadas, inclusive o preposto do Estado. Esse último, porém, sem carta de preposição. Não houve impugnação da parte contrária acerca da representação do ente público pelo preposto. O Juiz do Trabalho, então, fixou prazo para juntada da carta de preposição, com a advertência de aplicação da pena de revelia e confissão, em caso de descumprimento. Apesar da intimação regular e do escoamento do prazo, a carta de preposição não foi juntada ao processo.

Em sentença, convencido da alegada igualdade de funções, o Juiz condenou a reclamada ao pagamento das diferenças salariais e reflexos pleiteados, ao fundamento de que, conforme a Orientação Jurisprudencial 383 da SDI-1 do TST, é assegurado, “pelo princípio da isonomia, o direito dos empregados terceirizados às mesmas verbas trabalhistas legais e normativas asseguradas àqueles contratados pelo tomador dos serviços, desde que presente a igualdade de funções”. E aplicou revelia e confissão ficta ao Estado, em razão da não juntada da carta de preposição, atribuindo-lhe, por fim, a responsabilidade subsidiária pelas verbas deferidas.

Diante de tal situação e considerando a legislação e a jurisprudência atual sobre o tema, responda de forma fundamentada aos seguintes questionamentos:

- a) está correta a decisão de deferimento das diferenças salariais e reflexos pleiteados?
- b) o Juiz aplicou corretamente a revelia e a confissão ao Estado?